PATRÍCIA PIRES DE ARAÚJO

**VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHADOR E SUICÍDIO NO
LOCAL DE TRABALHO: ACIDENTE OU FATO PROVOCADO?**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Nelson Mannrich

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2019

PATRÍCIA PIRES DE ARAÚJO

**VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHADOR E SUICÍDIO NO
LOCAL DE TRABALHO: ACIDENTE OU FATO PROVOCADO?**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, como exigência parcial à obtenção do título de Doutora em Direito, sob orientação do Professor Titular Nelson Mannrich

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

Ficha Catalográfica

Araújo, Patrícia Pires de

Violação dos direitos do trabalhador e suicídio no local de trabalho: acidente ou fato provocado? / Patrícia Pires de Araújo -- São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2019.

173f.

Orientador: Professor Titular Nelson Mannrich.

Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em Direito – área de concentração, Direito do Trabalho e da Seguridade Social, 2019.

1. Suicídio no local de trabalho. 2. Assédio moral organizacional. 3. Acidente de trabalho. I. Mannrich, Nelson. II. Título.

CDU

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Patrícia Pires de Araújo

Título: Violação dos direitos do trabalhador e suicídio no local de trabalho: acidente ou fato provocado?

Natureza: Tese de Doutorado

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Orientadora: Professor Titular Nelson Mannrich

Área de Concentração: Direito do Trabalho e da Seguridade Social

Data da Banca: _____

Banca Examinadora

Professor Titular Nelson Mannrich (Orientador)

Professor:

Professor:

Professor:

Professor:

In memoriam, dedico esta pesquisa ao meu pai, Luiz Carlos.

Dedico também este estudo à Luciana. Não sei quem foi, nem tampouco por que sofria, mas fui testemunha do som estrondoso do seu corpo tocando o solo do quinto andar. E alguém gritou: Luciaaaaaannnnnnna! Sim, “ela se jogou da janela do quinto andar. Nada é fácil de entender”
(Renato Russo).

E a todos aqueles que decidiram romper com a vida, pelo motivo que lhes tocava, que Deus os receba

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria da Penha, o estímulo constante e as reflexões.

A *Walküre* Lopes Ribeiro da Silva, que trouxe pela primeira vez o tema dos suicídios no local trabalho e acreditou neste trabalho, agradeço toda a convivência no tempo de orientação, dentro e fora de sala de aula.

Ao professor doutor Nelson Mannrich, um verdadeiro mestre, a quem devo agradecer, além da convivência, a atenção e dedicação e, principalmente, o incentivo e o estímulo às pesquisas de direito do trabalho através do GETRAB – Grupo de Estudos de Direito do Trabalho e pelas oportunidades de intercambiar conhecimento no Chile, Peru, Colômbia e México.

Ao professor doutor Marcelo Afonso Ribeiro e à professora doutora Beatriz Cardoso Montanhana, que enriqueceram a visão e compreensão do tema com valiosíssimas contribuições apresentadas no exame de qualificação.

A desembargadora Manoela Fialho, que gentilmente me recebeu em Rio Maior, Portugal, para compartilhar conhecimentos sobre a tema da pesquisa naquele país.

Aos amigos que contribuíram com fé, força, livros, computadores, opiniões, incentivos, pesquisas, bem como compartilharam madrugadas, viagens, risos e lágrimas, não sendo possível nomear um a um de tantos que são.

Ao meu amado José Luiz Bueno agradeço as leituras, a companhia e a paciência.

Às amigas mackenzistas Regina Ahmar e Adriana de Melo Nunes Martorelli e seu marido Marco Aurelio Martorelli, presentes na reta final deste trabalho contribuindo com apoio moral, operacional e até maternal!

Por fim, agradeço ao Universo e a Deus, que me proporcionaram a finalização deste trabalho.

Em homenagem póstuma, agradeço ao doutor Darwin Cury, colega que nos deixou antes do tempo previsto.

Ando tão a flor da pele
Que qualquer beijo de novela me faz chorar
Ando tão a flor da pele
Que teu olhar flor na janela me faz morrer
Ando tão a flor da pele
Que meu desejo se confunde com a vontade de não ser
Ando tão a flor da pele
Que a minha pele tem o fogo do juízo final
Um barco sem porto
Sem rumo sem vela
Cavalo sem cela
Um bicho solto um cão sem dono
um menino um bandido
Às vezes me preservo
Noutras suicido
(*Flor da Pele*, Zeca Baleiro)

ARAÚJO, Patrícia Pires de. *Violação dos direitos do trabalhador e suicídio no local de trabalho: acidente ou fato provocado?* 2019. 173f. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

Este estudo é voltado ao exame da natureza do suicídio no local de trabalho. O trabalho, a que dedicamos grande parte de nossas vidas, tem um papel fundamental na formação da personalidade e na construção da identidade da pessoa. Contudo, ao mesmo tempo em que pode conduzir o indivíduo à realização pessoal e profissional, pode ser também a origem de riscos para doenças psíquicas, se exercido e organizado em detrimento da dignidade do trabalhador. A Constituição Federal preceitua o direito fundamental à dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil que deve ser respeitado nas relações de trabalho, principalmente, no tocante à garantia de um meio ambiente de trabalho sadio e que garanta a integridade física e mental do trabalhador. Este estudo analisa ainda o meio ambiente do trabalho e sua agressividade, trazendo os conceitos de assédio moral e organizacional. São destacadas as consequências que podem derivar do meio ambiente agressivo, tais como estresse, ansiedade e depressão, que, em caso de alta gravidade, pode implicar o cometimento de suicídio. Da mesma forma, o entendimento jurisprudencial brasileiro quanto às relações de suicídio e trabalho, como também as tendências doutrinárias e jurisprudenciais de França, Espanha e Portugal, é utilizado para se compreender a natureza do suicídio cometido no local de trabalho. Apresentam-se casos de suicídios ocorridos no local de trabalho e examina-se sua relação com o trabalho. Com base nesses elementos de análise, conclui-se pela necessidade de uma motivação de caráter laboral que leve à caracterização do suicídio no local de trabalho como acidente de trabalho.

Palavras-chave: Suicídio no local de trabalho. Assédio moral organizacional. Acidente de trabalho.

ARAÚJO, Patrícia Pires de. *Violation os the workers and suicide in the work place. Injury or prococated fact?* 2019. 173p. PhD Thesis, Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

This study aims to examne the nature of suicide in the workplace. Work, to which we dedicate much of our lives, has a fundamental role in the formation of the personality and in the construction of the identity of the person. However, at the same time as it can lead the individual to personal and professional fulfillment, it can also be the source of risks for psychic diseases, if exercised and organized to the detriment of the dignity of the worker. The Federal Constitution prescribes the human being a fundamental right to the dignity as one of the core principles of the Federative Republic of Brazil, which must be respected in labor relations, especially with regard to guaranteeing a healthy work environment that guarantees physical integrity and mental health of the worker. This study also analyzes the work environment and its aggressiveness, bringing the concepts of moral and organizational harassment. The consequences that can be derived from the aggressive environment, such as stress, anxiety and depression, which, in case of high severity, may contribute to the commission of suicide are highlighted. Likewise, the Brazilian jurisprudential understanding of suicide and work relations, as well as the doctrinal and jurisprudential tendencies of France, Spain and Portugal, is used to understand the nature of suicide committed in the workplace. Suicides occurring in the workplace are presented and their relation with work is examined. Based on these elements of analysis, it is concluded that there is a need for a motivation of a work character that leads to the characterization of workplace suicide as a work injury.

Keywords: Suicide in the work place. Moral and Organizational Harassment. Work injury.

ARAÚJO, Patrícia Pires de. *Violation des droits des travailleurs et suicide sur le lieu de travail: accident ou événement provoqué?* 2019. 173p. Thèse (Doctorat). Faculté de Droit, Université de São Paulo, 2019.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à examiner la nature du suicide en place du travail. Le travail, auquel nous consacrons une grande partie de notre vie, joue un rôle fondamental dans la formation de la personnalité et dans la construction de l'identité de la personne. Cependant, tout en permettant à l'individu de s'épanouir personnellement et professionnellement, il peut également être à l'origine de risques de maladies psychiques, s'il est exercé et organisé au détriment de la dignité du travailleur. La Constitution fédérale énonce le droit fondamental à la dignité de la personne humaine comme l'un des principes fondamentaux de la République Fédérative du Brésil, qui doit être respecté dans les relations de travail, notamment pour garantir un environnement de travail sain, ainsi qui garantisse l'intégrité physique et santé mentale du travailleur. Cette étude analyse également l'environnement de travail et de son agressivité, en apportant les concepts de harcèlement moral et organisationnel. Les conséquences pouvant découler d'un environnement agressif, tel que le stress, l'anxiété et la dépression, qui, en cas de gravité élevée, peut impliquer la perpétration d'un suicide, sont mises en évidence. De même, la compréhension jurisprudentielle brésilienne du suicide et des relations de travail, ainsi que les tendances doctrinales et jurisprudentielles de la France, de l'Espagne et du Portugal, sont utilisées pour comprendre la nature du suicide commis sur le place du travail. Les suicides survenus sur le place du travail sont présentés et leur relation avec le travail est examinée. Sur la base de ces éléments d'analyse, il est conclu qu'il est nécessaire de motiver un caractère du travail pour pouvoir qualifier le suicide sur le lieu et en place du travail d'accident de travail.

Mots-Clé: Suicide au travail, Harcèlement moral et organisationnel. Accident du travail.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO TEMA E SUAS LIMITAÇÕES	11
JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TEMA.....	14
OBJETIVOS.....	14
HIPÓTESES DA PESQUISA.....	15
METODOLOGIA E PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL À CIÊNCIA JURÍDICA BRASILEIRA.....	16
1. PAPEL SOCIAL DO TRABALHO.....	17
1.1. Trabalho: de castigo a valor.....	17
1.2. Trabalho como construção da identidade e reconhecimento social	25
1.3. Da função psicológica do trabalho.....	32
2. DO DIREITO FUNDAMENTAL À DIGNIDADE HUMANA NO TRABALHO	37
2.1. Dos direitos fundamentais.....	37
2.2. Direitos fundamentais e ordenamentos jurídicos	38
2.3. Da eficácia dos direitos fundamentais consagrados.....	41
2.4. A dignidade humana nas relações de trabalho	43
3. MEIO AMBIENTE DE TRABALHO E SUA AGRESSIVIDADE	47
3.1. Meio ambiente do trabalho	47
3.2. Meio ambiente agressivo	51
3.3. Assédio.....	52
3.3.1. Assédio moral.....	53
3.3.2. Assédio moral organizacional	59
4. CONSEQUÊNCIAS DO AMBIENTE AGRESSIVO AO TRABALHADOR	69
4.1. Estresse, ansiedade e depressão	70
4.2. Síndrome de Burnout	74
4.3. Karoshi.....	76
4.4. Suicídio	77
4.5. Suicídio nas relações de trabalho	83
4.6. Casos	85
4.6.1. Mermot	85
4.6.2. France Telecom	86
4.6.3. Peugeot- Citroen.....	87
4.6.4. Renault	88
4.6.5. Caso Foxconn.....	90
4.6.6. Fox News.....	92
4.6.7. Uber – EUA.....	92
4.6.8. Fruna – Chile	93
4.7. Brasil	94

5. VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHADOR E SUICÍDIO NO LOCAL DE TRABALHO: ACIDENTE OU FATO PROVOCADO?	99
5.1. Suicídio e acidente de trabalho no entendimento jurisprudencial brasileiro	100
5.2. Tendências doutrinárias na legislação de alguns países	110
5.2.1. Na França	110
5.2.2. Na Espanha	117
5.2.3. Em Portugal	124
5.3. A caracterização do suicídio como acidente de trabalho – imprescindibilidade da existência do nexo causal	129
5.4. Medidas preventivas e reparatorias	136
5.4.1. Medidas preventivas	136
5.4.2. Medidas reparatorias	142
CONCLUSÕES	145
REFERÊNCIAS	151

APRESENTAÇÃO DO TEMA E SUAS LIMITAÇÕES

O presente estudo analisa a violação de direitos do empregado nas relações de trabalho, cujas consequências privam o indivíduo do pleno exercício da cidadania e afetam o valor de sua atividade profissional e sua dignidade.

O desrespeito aos direitos nas relações de trabalho afronta não somente a legislação, mas também toda a corrente doutrinária que acata e reconhece o trabalho como base da construção da sociedade. Sob pena de causar forte angústia traduzida em sofrimento, qualquer ação que resulte na privação do desenvolvimento da subjetividade nos espaços compartilhados viola práticas pessoais que atacam a dignidade do trabalhador.

Nesse sentido, é oportuna a citação de Dejours¹ que declara que exercer um trabalho remunerado ou uma tarefa sem envolvimento gera um desprazer aniquilador que se traduz na sensação de alienação mental e social potencialmente capaz de impedir a estruturação autossatisfatória da identidade do trabalhador.

A alienação, mental ou social, atinge o empregado tanto no ambiente de trabalho, prejudicando suas interações e afetando sua produtividade, quanto fora dele, atingindo-o também enquanto ser social. Ademais, interfere na sua saúde física e mental, nos seus relacionamentos familiares e afetivos, o que reverbera na sociedade, causando um “efeito dominó”.

As sequelas da violação de direitos individuais nas relações de trabalho, portanto, irradiam-se de tal forma que podem provocar, inclusive, em casos extremos, o suicídio.

A Constituição Federal promulgada em 1988 preceitua que o Estado Democrático de Direito assegura o exercício dos direitos individuais e coletivos, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias². Esses são os paradigmas da nossa sociedade, que tem como princípios a liberdade, a justiça e a paz no mundo.

¹DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 97.

²Brasil, Constituição Federal, Preâmbulo.

O artigo 1º da nossa Lei Maior define que a República Federativa do Brasil “é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”³, dentre outros. Serão esses fundamentos que nortearão as “situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive”⁴.

O valor social do trabalho, nesse sentido, ao lado da dignidade da pessoa humana e do exercício da cidadania, é também um dos sustentáculos do nosso Estado e amparado pelo poder soberano.

O valor do trabalho depende das condições sociais. O trabalho tem natureza coletiva, e seus valores variam segundo as condições culturais de cada sociedade. O ser humano desenvolve-se como um todo e, por isso, os benefícios estendem-se para além da empresa na qual trabalha⁵.

Entenda-se, neste contexto, o trabalho na sua concepção geral, ou seja, subordinado, autônomo, empreendedor, ou de qualquer outra espécie. Qualquer um deles é essencial para o desenvolvimento e o progresso da sociedade, objetivando, nos termos do artigo 3º da Constituição Federal, a concretização da igualdade social.

Além de promover o desenvolvimento social, o trabalho é necessário para uma subsistência digna. Não é, contudo, somente uma necessidade vital para o homem, “é também, e aí sua importância maior, o seu libertador, tanto individual como socialmente”⁶, em razão da capacidade criadora do homem.

Qualquer ato, então, que atente contra as liberdades e garantias fundamentais nas relações de trabalho ou que ofenda a efetividade do exercício e gozo desses direitos deve ser punido. E, havendo omissão, contradição ou dúvidas na legislação pátria que tutelar a sua plena eficácia, tratados internacionais devem ser adotados, desde que, obviamente, consoantes com os preceitos constitucionais.

Ainda no que se refere à Constituição brasileira, os direitos nela previstos determinam condições mínimas de vida e de desenvolvimento da personalidade humana que

³CF, Art. 1º.

⁴SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 15. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 1998. p. 182.

⁵DAVIS, Keith; NEWSTROM, John. *Comportamento humano no trabalho: uma abordagem psicológica*. Tradução Cecília W. Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Pioneira, 1992. p. 10.

⁶FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra. *História do trabalho, do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1998. p. 15.

englobam o todo do ser humano, ou seja, suas características físicas, psíquicas e sociais, as quais devem ser reconhecidas, respeitadas e eficazes no que se refere às relações de trabalho.

Por isso as relações de trabalho, dada sua relevância na ordem social e econômica, são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade e devem ser pautadas pelo respeito integral aos direitos fundamentais, a fim de garantir uma sociedade saudável em todos os seus aspectos.

No entanto, ainda que a legislação considere o trabalho como valor social fundamental e busque coibir sua afronta, o interesse econômico algumas vezes explora o trabalho e retrocede à época em que o ato era sinônimo de castigo, pena e não motivador e prazeroso. Algo hoje contrário aos princípios fundamentais da nossa República, da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho.

Ocorre que, em alguns casos, empregadores humilham, constroem, envergonham, desprezam o trabalhador – independente da função exercida –, sabedores de que o empregado precisa garantir seu sustento para sobreviver. Assim, em vez de reconhecê-lo, admitindo sua contribuição e garantindo o prazer e a dignidade laboral, atacam sua dignidade sem levar em conta o descompasso psíquico que causam no trabalhador, que pode chegar ao sofrimento extremo.

É, pois, levando em conta essas arbitrariedades, que o tema aqui abordado volta-se para uma reflexão acerca do valor social do trabalho inserido na ordem econômica constitucional brasileira, uma vez que a valorização do trabalho humano é alicerce da ordem econômica nacional, tal qual a livre iniciativa.

Assim, a presente pesquisa, reconhecendo a importância do valor do trabalho para o ser humano, examina vivências de sofrimento e prazer que ocorrem na relação homem/trabalho, os processos psíquicos desenvolvidos pelo trabalhador e suas consequências, em especial, o suicídio no ambiente de trabalho e a sua natureza. Busca, com isso, ainda, dispor embasamento para futuros estudos e propostas que visem à transformação do comportamento nas relações laborais, a fim de promover um comportamento socialmente responsável nas relações de trabalho e adequar tais relações aos princípios do Estado Democrático de Direito.

Não há a pretensão de aprofundar aqui o estudo da evolução histórica e filosófica dos danos, nem tampouco estudar os motivos do descumprimento dos direitos nas relações do

trabalho. Também não há a pretensão nesta pesquisa de aprofundar o estudo sobre o suicídio cometido no local de trabalho para além da área do Direito do Trabalho

JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TEMA

Dois aspectos traduzem a relevância desta pesquisa: o trabalho como fundamento da ordem social e econômica; e o número de suicídios que vem ocorrendo em ambientes laborais.

Outrossim, ao garantir à livre iniciativa o mesmo status constitucional do valor social do trabalho, torna-se relevante perscrutar acerca dos aspectos aparentemente contraditórios que envolvem a questão.

Desse modo, considerando tais relevâncias, justifica-se o presente estudo diante da necessidade de identificar a natureza dos suicídios cometidos no local de trabalho.

Convém ressaltar, ainda, o caráter inovador desta proposição de identificação das consequências da violação dos direitos fundamentais nas relações de trabalho, em especial o suicídio do trabalhador e a possibilidade de esse ato ser reconhecido como acidente de trabalho. Entende-se que este tema possa trazer contribuições no âmbito da ciência jurídica brasileira e sirva de base para sugestões de novas políticas aplicáveis às relações de trabalho.

OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como objetivo geral verificar as consequências da violação dos direitos nas relações de trabalho, em especial o suicídio do trabalhador e a possibilidade de sua caracterização como acidente de trabalho.

Quanto aos objetivos específicos, consistem em:

- a) analisar os conceitos de papel social definidos na Psicologia e correlacioná-los com o direito do trabalho;
- b) identificar e analisar as formas de um ambiente de trabalho agressivo;
- c) identificar as consequências de um ambiente de trabalho agressivo para saúde do trabalhador;

d) promover a discussão sobre as consequências que vierem a ser constatadas, especialmente no que se refere ao suicídio do trabalhador;

e) analisar as tendências doutrinárias no direito brasileiro e na legislação estrangeira referentes à natureza do suicídio cometido no local de trabalho; e

f) discutir se o suicídio cometido no local de trabalho pode ser enquadrado como acidente de trabalho.

O levantamento e a análise das decisões judiciais, aliados à bibliografia nacional e estrangeira, embasam as respostas à tese em questão.

HIPÓTESES DA PESQUISA

Apresentam-se como hipóteses do presente estudo as seguintes ou outras semelhantes:

- de que forma a violação dos direitos nas relações de trabalho pode comprometer a identidade e o papel social do trabalhador?

- de que modo se instala na organização o assédio como forma de gestão?

- no caso de ser constatado que um ambiente agressivo pode levar o trabalhador ao suicídio, o ato suicida pode ser equiparado a acidente de trabalho?

As questões ora elencadas não esgotam os questionamentos a serem desenvolvidos ao longo da pesquisa.

METODOLOGIA E PROBLEMATIZAÇÃO

A legislação, a doutrina e a jurisprudência, elementos da dogmática jurídica, serão utilizadas para o enfrentamento do tema. Também o direito estrangeiro será amplamente usado com o objetivo de averiguar o tratamento jurídico das questões propostas por outros ordenamentos jurídicos como França, Espanha e Portugal. O idioma foi um fator decisivo para estudar o tema nesses países.

A análise de casos concretos de suicídio cometidos no local de trabalho contribui para as reflexões sobre a natureza do suicídio ocorrido no local de trabalho e a possibilidade de esse ato ser reconhecido como acidente de trabalho.

CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL À CIÊNCIA JURÍDICA BRASILEIRA

A proposição e a análise das consequências do ambiente agressivo do trabalho para o trabalhador, focando o suicídio cometido no ambiente do trabalho e sua natureza, constituem caráter inovador.

A identificação da natureza do suicídio cometido pelo trabalhador como consequência da violação dos seus direitos nas relações de trabalho, bem como a possibilidade de sua caracterização como acidente de trabalho implicará a busca de um comportamento socialmente responsável nas relações de trabalho, contribuindo com a ciência jurídica brasileira.

CONCLUSÕES

Quando o exercício de uma atividade laboral é realizado em equilíbrio com o fator humano, o trabalho produz uma sensação de domínio e eleva a autoestima do trabalhador, desperta sua criatividade, aumenta sua produtividade, garante sua satisfação, e tudo isso impacta positivamente sua saúde física e mental.

Um diálogo negativo entre as condições de trabalho e os aspectos humanos, por sua vez, acarreta transtornos emocionais, problemas comportamentais, isto é, alterações que podem propiciar o desenvolvimento de enfermidades físicas ou mentais de toda ordem, principalmente a depressão, que, em seu mais alto grau, pode levar a pessoa ao cometimento de suicídio.

A doutrina, a jurisprudência nacional e a internacional, assim como a OIT e a OMS, vêm atribuindo às novas formas de organização do trabalho, nas quais muitas vezes se estabelece uma gestão na base do estresse e da pressão, a razão para o aumento de doenças psíquicas no trabalho, inclusive casos extremos que chegam ao suicídio do trabalhador.

Nesse sentido, o incremento que se vem observando no número de casos de suicídio, principalmente no local de trabalho, justifica a importância de darmos especial atenção a eles.

Além das formas de gestão e do ritmo acelerado de trabalho, a produção, a individualização excessiva do trabalhador e a falta de vínculos de solidariedade produzem no indivíduo um resultado semelhante a ser desligado da sociedade, e essa desassociação pode desencadear transtornos mentais, dentre os quais o suicídio.

É direito fundamental de todo trabalhador um meio ambiente de trabalho digno, e é dever do empregador a preservação do ambiente laboral e a implementação de medidas preventivas a fim de manter um ambiente equilibrado, afastando, na medida do possível, os riscos psicossociais.

Imputam-se às atuais maneiras de organização do trabalho novos contornos nas formas de adoecimento. A transformação do trabalho retira do cenário o esforço físico e passa a englobar a saúde mental.

Já são considerados riscos psicossociais do trabalho aqueles relacionados à intensidade e ao ritmo, como o trabalho realizado em turnos, pois implicam maior dificuldade para o empregado desenvolver outras atividades estranhas ao trabalho bem

como para ter mais integração com a família. Há, ainda, as questões de prazo e ritmo. As questões do tempo de trabalho – superjornadas, horário noturno e mesmo o tempo percorrido em trânsito e a distância até o trabalho – também podem influenciar a saúde mental do trabalhador. Da mesma forma, fatores de exigências, como mudança de função, estão na mira como riscos psicossociais. Dentre outras questões do trabalho as quais também se apontam como geradoras de estresse profissional, estão as mudanças de tarefas, falta de clareza na definição das obrigações e insuficiência de autonomia do empregado para criar soluções.

O uso das tecnologias de automação é outro fator que pode impactar a psique do trabalhador. A princípio há a falsa ilusão de redução do labor, mas aos poucos sente-se que o trabalho ganha tentáculos e ritmo mais intenso e toma conta de todas as horas.

Quanto às relações pessoais no trabalho, a maioria vem se tornando desprovida de vínculos, não se enxerga um colega e sim um concorrente. O desequilíbrio entre o trabalho exercido e os rendimentos auferidos também é apontado como fator de estresse.

O fenômeno, contudo, não atinge somente as relações subordinadas de trabalho, é percebido inclusive no trabalho autônomo, no qual na maioria das vezes o trabalhador se responsabiliza por sua remuneração e exacerba o limite de horas aceitáveis de trabalho.

Não bastassem as novas formas de organização do trabalho por si só já serem consideradas fator de risco psicossocial devido à geração de estresse prejudicial à saúde do trabalhador, algumas empresas intensificam esse mal-estar impondo gestões à base de medo, ameaça de desemprego, humilhação, tratamento vexatório, exigência de labor exaustivo. A isso denominamos assédio moral organizacional ou institucional, que pode exacerbar as consequências e os danos à integridade e à dignidade do trabalhador, podendo levá-lo a um estado de depressão tão grave, a ponto de desistir da vida.

No que se refere, entretanto, especificamente ao suicídio, devemos reconhecer que é incontestável tratar-se de um episódio que pode ser derivado tanto de uma multiplicidade de fatores, quanto, como apontam os estudiosos do tema, de fator nenhum. Não há uma resposta certa para o cometimento do suicídio: depressão, desespero, desesperança, baixa autoestima, falta de crença no futuro, impulso, enfim, é um fato ainda não decifrado.

No presente trabalho, verificamos altos índices de suicídio no Brasil e em alguns países da Europa, tais como França, Espanha e Portugal, que têm o suicídio como a maior *causa mortis* da sua população.

Jovens, idosos, empregados, desempregados, casados, solteiros, trabalhadores autônomos, aposentados suicidam-se. Nesse universo, é oportuno o conceito de anomia, para definir a falta de parâmetros das normas de comportamento e de credos em uma sociedade que se traduz para o indivíduo como um conflito íntimo, posto que encontra dificuldade para se ajustar às exigências dos imperativos sociais. Retrata uma condição em que violações de normas se tornam corriqueiras e banalizadas, o que atinge toda a comunidade.

Interessante, nesse sentido, o comparativo que podemos fazer com algumas medidas preventivas de estresse no âmbito do trabalho justamente quando o empregado não se ajusta à ambiguidade das normas laborais.

Se repisarmos os reiterados entendimentos de vincular o trabalho e todas suas adjacências como causa de insatisfação e mal-estares físicos e psicológicos – em razão dos riscos físicos e psíquicos atribuídos ao labor bem como das práticas de assédio organizacional como ameaças de desemprego, competitividade gigantesca, restrição da autonomia, metas e mais metas ou atos que impliquem assédio moral que podem ter como consequências enfermidades como *burnout*, problemas cardíacos, hormonais, ansiedade, depressão e suicídio do empregado –, atrevemo-nos a denominar esse caos no mundo organizacional do trabalho como uma anomia laboral. E nessa anomia laboral o trabalhador busca um sentido no seu trabalho que lhe cause prazer.

A sociedade atual busca freneticamente felicidade e bem-estar – quase sinônimos de integridade e dignidade da pessoa humana. Essa é a expectativa nos relacionamentos pessoais, profissionais e sociais. As pessoas casam e não almejam um divórcio. Os profissionais apostam em contratos e anseiam pelo seu cumprimento. Todos querem segurança financeira, estabilidade, mas podem se deparar com frustrações diversas, inclusive um trabalho em uma sociedade “anômica” como a de hoje, em que as transformações derivadas das novas tecnologias são velozes e a globalização dos negócios é facilitada pelas inovações dos meios de comunicação.

Como detectar o agente que de fato motivou a pessoa a decidir pela própria morte? Como avaliar os elementos vontade, desejo, querer do indivíduo, que advêm do mais íntimo do seu ser, quando não puder ser demonstrada sua incapacidade de discernimento?

A definição recorrente do suicídio enquadra o agente suicida como vítima. Vítima? Sofredor? Mártir? Ou uma pessoa dotada de personalidade e liberdade que pode decidir sobre a sua própria vida ou própria morte?

Suicídio, pois, é um *factum sui generis*, que sempre existiu na história da humanidade e em cada época foi compreendido de uma forma. Até como crime. A sociedade sempre procura meios para preservar a vida que nem sempre o vivente quer viver.

Cleópatra se suicidou. Freud se suicidou. Marilyn Monroe se suicidou. Kurt Cobain se suicidou. Santos Dumont se suicidou. Getúlio Vargas se suicidou. O executivo da Peugeot se suicidou. O engenheiro da Uber. O jornalista da Fox. O operário de Fruna. Dezenas de trabalhadores se suicidaram na France Telecom, na Foxconn, nas agências bancárias brasileiras. Centenas de pessoas já pularam do Viaduto do Chá, e milhares de indivíduos já romperam com suas existências da ponte Golden Gate em São Francisco nos Estados Unidos pelos mais variados motivos.

Nesta pesquisa já se admitiu a hipótese de o suicídio ser caracterizado como acidente de trabalho quando devidamente comprovado o fator causal com a atividade exercida. E como fato *sui generis* que é, para sua caracterização faz-se mister a apuração da culpa do empregador, não devendo ser admitida sua presunção, ainda que o trabalho apresente riscos. Sim, o trabalho traz riscos, a vida também.

Não podemos negar que a sociedade contemporânea sofre um mal-estar geral que lhe atinge como um todo, o que pode ser asseverado tão somente pela verificação do elevado número de mortes voluntárias decorrentes de perturbação psíquica, admitindo que a sociedade está vivenciando um estado de miséria emocional.

Como reconhecer acidente de trabalho num caso de suicídio tão somente pelo fato de em um local de trabalho terem ocorrido vários suicídios, se o entendimento doutrinário entende que o suicídio é uma patologia que pode promover uma tendência à reprodução, à imitação?

Para um suicídio ser caracterizado como acidente de trabalho é crucial que exista um caráter laboral na motivação. Não basta que o suicídio seja cometido no local de trabalho para ser automaticamente reconhecido como acidente de trabalho. É uma decisão influenciada por todo o entorno psicossocial do indivíduo e principalmente pelo nexo etiológico.

A relação entre suicídio e trabalho deve ser claramente demonstrada, só assim o suicídio poderá ser caracterizado como acidente de trabalho.

Por essa razão, considerando ser o suicídio um fato *sui generis* e multifatorial, para a caracterização de acidente de trabalho, além do fator etiológico, primordial se faz a apuração da culpa do empregador.

A insatisfação com o trabalho nem sempre tem como causa a organização do trabalho. É, muitas vezes, provocada pelo próprio trabalhador ao se submeter a uma atividade desprazível mirando apenas a recompensa material. É do ser humano.

Ainda que a organização do trabalho adote todas as medidas preventivas para diminuir o estresse e minimizar os riscos psicossociais do trabalho, a busca pela plena satisfação e felicidade no trabalho cabe também ao empregado, que possui seus planos e suas próprias expectativas de vida. De se frisar que o estresse e o mal-estar nem sempre estão na organização do trabalho, mas sim nas expectativas pessoais de cada um que nem sempre são atendidas. No trabalho ou na sua vida.

Atribui-se também o crescimento dos distúrbios psicossociais no trabalho à extrema individualização e competitividade. Nos deparamos, porém, com o crescimento exponente de relacionamentos virtuais, por meio de redes sociais, em que a interação social em alguns casos somente se dá virtualmente, imperando a individualidade.

É fato que vivemos uma agravação de transtornos mentais atribuídos, em muitos casos, pela doutrina e jurisprudência, às novas formas de trabalho. Entretanto, para a caracterização do suicídio como acidente de trabalho, é imprescindível a apuração do nexo causal com o trabalho e também da conduta do empregador, pois o suicídio cometido no local de trabalho não implica necessariamente ser causado pelo trabalho exercido ou por sua organização.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. Tradução da 1. ed. coord. e rev. por Alfredo Bosi. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ACIDENTE. In: Michaelis. Dicionário brasileiro da língua portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/acidente>>.

ALEGRE, Carlos. *Regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais*. Coimbra: Almedina, 2000.

ALTINTA, Volkan; GÖÇEN, Sedat; YIRIK Sevet; YILMAZ, Yusuf. *Intercompany mobbing: the effects of company growth*. Springer Science+Business Media B.V. 2011.

AMARAL, Júlio Ricardo de Paula. Os direitos fundamentais e a constitucionalização do direito do trabalho. In: MONTESSO, José Claudio; FREITAS, Marco Antônio de; STERN, Maria de Fátima C. Borges (Coords.). *Direitos sociais na Constituição de 1988: uma análise crítica vinte anos depois*. São Paulo: LTr, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado na era digital*. São Paulo, Boitempo, 2018.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. O trabalho escravo e a escravidão do trabalho. In: PAIXÃO, Cristiano; RODRIGUES, Douglas Alencar; CALDAS, Roberto Figueiredo (Coords). *Os novos horizontes do direito do trabalho: homenagem ao ministro José Luciano Castilho Pereira*. São Paulo: LTr, 2005. p. 134-142.

APÓS suicídio de 60 funcionários, empresa francesa é processada por assédio moral. *RFI*, as vozes do mundo, 07 jul. 2016. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/franca/20160707-apos-suicidio-de-60-funcionarios-empresa-francesa-e-processada-por-assedio-moral>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ARAUJO, Adriane Reis de. Assédio moral organizacional. 2001. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

ARAÚJO, Saulo. Carmita Abdo [Entrevista a Saulo Araújo]. In: ARAÚJO, Saulo. *Quando a polícia adoece*. Epidemia dentro de quartéis e delegacias, as doenças mentais são gatilho para suicídio de responsáveis pela segurança pública. *Metrópoles*, 31 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.metrópoles.com/materias-especiais/gatilho-para-suicidio-doencas-mentais-viram-epidemia-entre-policiais?fbclid=IwAR03vCFKmCd7-IxksxOJvEskr3hR7Nmlwf8ElmDzq0neqYK6r03pvK3qKw>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ARAÚJO, Saulo. Dayse Miranda - Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção (GEPeSP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). [Entrevista a Saulo Araújo]. In: ARAÚJO, Saulo. *Quando a polícia adoece*. Epidemia dentro de quartéis e delegacias, as doenças mentais são gatilho para suicídio de responsáveis pela segurança pública. *Metrópoles*, 31 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/gatilho-para-suicidio-doencas-mentais-viram-epidemia-entre-policiais?fbclid=IwAR03vCFKmCdi7-IxksxOJvEskr3hR7Nmlwf8ElmDzq0neqYK6r03pvK3qKw>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. Patrícia Cruz - Psicóloga especialista em saúde mental na segurança pública. [Entrevista a Saulo Araújo]. In: ARAÚJO, Saulo. *Quando a polícia adoece*. Epidemia dentro de quartéis e delegacias, as doenças mentais são gatilho para suicídio de responsáveis pela segurança pública. *Metrópoles*, 31 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/gatilho-para-suicidio-doencas-mentais-viram-epidemia-entre-policiais?fbclid=IwAR03vCFKmCdi7-IxksxOJvEskr3hR7Nmlwf8ElmDzq0neqYK6r03pvK3qKw>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. Quando a polícia adoece. Epidemia dentro de quartéis e delegacias, as doenças mentais são gatilho para suicídio de responsáveis pela segurança pública. *Metrópoles*, 31 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/gatilho-para-suicidio-doencas-mentais-viram-epidemia-entre-policiais?fbclid=IwAR03vCFKmCdi7-IxksxOJvEskr3hR7Nmlwf8ElmDzq0neqYK6r03pvK3qKw>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 12. ed. 2. reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ASSÉDIO moral: risco não visível no ambiente de trabalho [Entrevista com a Dr^a Margarida Barreto, da equipe do site]. Disponível em: <<http://www.assediomoral.org/spip.php?article372>>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. *Suicídio: informando para prevenir*. Associação Brasileira de Psiquiatria, Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio. – Brasília: CFM/ABP, 2014.

AZEVEDO, Antônio Junqueira. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 19, p. 211-218, jul./set. 2004.

BARRETO, Margarida Maria Silveira. *Uma jornada de humilhações*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2000.

_____. *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2006.

BARRETO, Margarida; VENCO, Selma. O sentido social do suicídio no trabalho. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 80, n. 1, jan./mar. 2014.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Trabalhar: usar de si - sair de si. *Interface: comunicação, saúde, educação*, v. 11, n. 22, p. 345-63, maio/ago. 2007.

BARROS NETO, Roldão Lopes de. *O suicídio como acidente de trabalho*. São Paulo: Edicon, 2011.

BARRUTIA, Mikel U. Suicidio e accidente del trabajo: comentarios a la STS de 25 de septiembre de 2007. *Revista de Derecho Social*, n. 41, ene. 2008.

BASTOS, Celso. *Curso de direito constitucional*. 2. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2002.

BEDRIKOW, Bernardo; GOMES, Jorge da Rocha. A propósito desta edição comemorativa [Prefácio]. In: RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores*. Tradução de Raimundo Estrêla. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.

BELMONTE, Alexandre Agra. *Instituições civis no direito do trabalho: curso de direito civil aplicado ao direito do trabalho*. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BELTRAN, Ari Possidônio. *Direito do trabalho e direitos fundamentais*. São Paulo: LTr, 2002.

_____. *Dilemas do trabalho e do emprego na atualidade*. São Paulo: LTr, 2001.

BENDASSOLLI, Pedro F.; GONDIM, Sonia Maria Guedes. Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Bogotá-CO, v. 32, n. 1, p. 131-147, 2014.

BENEZET, Erwan; VERIER, Vincent. Une dizaine de suicides chez Renault en quatre ans. *Le Parisien*, 25 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.leparisien.fr/economie/une-dizaine-de-suicides-chez-renault-en-quatre-ans-25-07-2017-7154895.php>>.

BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento humano na empresa*. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1981.

BÍBLIA (AT e NT). *Bíblia Sagrada*. Antigo e Novo Testamento. Trad. João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1962.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOTTON, Alain. *As consolações da filosofia*. Tradução de Eneida Santos. São Paulo: L&PM, 2000.

BRAFMAN, Nathalie. Grupo Peugeot na França registra 6 suicídios neste ano. *Folha de S. Paulo*, 18 jun. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1807200724.htm>>.

BRUN, Jean Pierre. La reconnaissance au travail: de la gratitude à l'intégration. Disponível em: <<https://ordrecrha.org/ressources/revue-rh/archives/la-reconnaissance-au-travail-de-la-gratitude-a-l-integration>>.

BUSIN, Yuri. *Síndrome de Burnout*. Disponível em: <<https://yuribusin.com.br/sindrome-de-burnout/>>.

CALIFORNIA. Labor Code – LAB. Division 4. Workers' compensation and insurance [3200-6002]. Disponível em: <https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/codes_displayText.xhtml?lawCode=LAB&division=4.&title=&part=1.&chapter=1.&article=>>.

CALVO, Adriana. *Estudo do assédio moral organizacional sob a ótica dos direitos fundamentais*. Disponível em: <<http://www.calvo.pro.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CAMARGO, Antonio Bonival. *A dinâmica dos princípios na relação de emprego*. 1998. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CAMINO, Carmen. *Direito individual do trabalho*. 3. ed. Porto Alegre: Síntese, 2003.

CAMMUS, Albert. *O Mito de Sisifo*. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. 9. ed. Rio de Janeiro: Best Bolsos, 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudo sobre direitos fundamentais*. 1. ed. Coimbra: Coimbra Ed.; São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CAPÓN FILAS, Rodolfo. Declaración sociolaboral del Mercosur, proyecto regional para empleo decente. In: SOARES, Celso (Coord.) *Direito do trabalho: reflexões críticas*. São Paulo: LTr, 2003. p. 30-79.

CARDIM, Carlos Henrique. Prefácio: Le suicide ou a possibilidade da sociologia. In: DURKHEIM, Emille. *O suicídio: estudo de sociologia*. Tradução Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CARLOTTO, Mary Sandra. A síndrome de burnout e o trabalho decente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v7n1/v7n1a03.pdf>>.

CARVALHO, Gumae; ACIOLI, Gustavo. Angústia corporativa. *Revista Melhor: Gestão de pessoas*, São Paulo, ano 13, n. 215, p. 38-44, out. 2005.

CARVALHO, Irene Mello. *Introdução à psicologia das relações humanas*. 13. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

CERQUEIRA, Agilson. *Segurança do trabalho: histórico cronológico*. Disponível em: <<http://cerqueiraengenharia.blogspot.com/2009/07/seguranca-do-trabalho-historico.html>>.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

CHELOTTI, Raph Arcanjo. *Anuário expressão de gestão sustentável 2008*. Disponível em: <http://www.expressao.com.br/ebooks/anuario_social2008/index.html>.

CHRISTOPHE Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Orgs. Selma Lancman, Laerte I. Szneman. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 57-123.

CLOT, Yves. *A função psicológica do trabalho*. Trad. Adail Sobral. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Para viver a democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A proteção aos direitos humanos e a organização federal de competências. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (Ed.). *A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro*. São José-CR: IIDH, ACNUR, CIVIC, CUE, 1996.

CORBISIER, Roland. *Hegel* (textos escolhidos). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

COSTA, Ana Cristina Ribeiro Costa. O acto suicida do trabalhador: a tutela ao abrigo dos regimes. *Questões Laborais*, Coimbra, ano 19, n. 40, jul./dez. 2012.

_____. O ressarcimento dos danos decorrentes do assédio moral ao abrigo dos regimes das contingências profissionais. *Questões Laborais*, Coimbra, ano 17, 2010.

COSTA, Marilene Bezerra da; MEIJA, Dayana Pricila Maia. *A atenção à subjetividade no trabalho como fator de promoção da qualidade de vida*. Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/20/25_-_A_atenYYo_Y_subjetividade_no_trabalho_como_fator_de_promoYYo_da_qualidade_de_vida.pdf>.

COSTA, Orlando Teixeira da. O trabalho e a dignidade do trabalhador. *Revista LTr*, São Paulo, v. 59, n.5, p. 591-594, maio 1995.

CUTHBERTSON, Anthony. Widow of Uber engineer who took his own life blames job stress. *Newsweek*, 26 Apr. 2017. Disponível em: <<https://www.newsweek.com/uber-engineer-suicide-work-culture-stress-589967>>.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. *Responsabilidade civil no direito do trabalho*. 3 ed. São Paulo: LTr, 2008.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John. *Comportamento humano no trabalho: uma abordagem psicológica*. Tradução Cecília W. Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Pioneira, 1992.

DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília-DF: Ed. da UnB, 2000.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *O fator humano*. Trad. Maria Irene S. Bettiol, Maria José Tonelli. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François. (Org.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Sofrimento, prazer e trabalho. In: CONFERÊNCIAS brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: FGV, 1999. p. 15-33.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004.

_____. Violência ou dominação? In: SOUZA, Méreti de; MARTINS, Francisco; ARAÚJO, José Newton Garcia (Orgs.). *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

_____; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Coord. Maria Irene Stocco Bettiol. São Paulo: Atlas, 1994.

_____; BÉNGUE, Florence. *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Trad. Franck Soudant. Brasília-DF: Paralelo 15, 2010.

DELLAGRAVE NETO, José Affonso. *Responsabilidade civil do direito do trabalho*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2008.

DEPRESSÃO. Folha Informativa. *OPAS Brasil*, mar. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5635:folha-informativa-depressao&Itemid=822>.

DEUTSCHLAND. *Die Verfassung des Deutschen Reichs* („Weimarer Reichsverfassung“) vom 11. August 1919 (Reichsgesetzblatt 1919, S. 1383). Disponível em: <https://www.jura.uni-wuerzburg.de/fileadmin/02160100/Elektronische_Texte/Verfassungstexte/Die_Weimarer_Reichsverfassung_2017ge.pdf>.

DEVINE, Carol; HANSEN, Carol Rae; WILDE, Ralph. *Direitos humanos: referências essenciais*. Org. Hilary Poole. Trad. Fabio Larsson. São Paulo: Edusp, 2008.

DICIONÁRIO médico. Disponível em: <www.dicionariomédico.com>. Acesso em: 28 de out. 2018.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Trad. Alain P. François. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 62, p. 13-130, abr. 1998.

DURKHEIM, Emille. *O suicídio: estudo de sociologia*. 2. ed. 2. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2011-2013.

EAMS case number ADJ10695460 Case location SFO-ADJ Date of injury 04/25/2016 JOSEPH THOMAS DECEASED UBER TECHNOLOGIES INC. Disponível em: <<https://eams.dwc.ca.gov/WebEnhancement/CaseDetailFinder?arrayIndex=0&startIndex=0>>.

ESPADA, Cinthia Maria da Fonseca. *O princípio protetor do empregado e a efetividade da dignidade da pessoa humana*. São Paulo: LTr, 2008.

EVOLUÇÃO das relações trabalhistas: da Era Industrial até os dias atuais: o que mudou nos acordos entre empregados e patrões no Brasil e no mundo. *Governo do Brasil*, 26 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/evolucao-das-relacoes-trabalhistas>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. *Curso crítico de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERNANDES, Eda Conte. *Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar*. 5. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra. *História do trabalho, do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1998.

FIALHO, Manuela. Do assédio laboral ao suicídio. In: ROXO, Manuel M. (Coord.). *Trabalho sem fronteira? O papel da regulação*. Coimbra: Almedina: 2017.

FINAZZI-SANTOS, Marcelo Augusto; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. Considerações sobre trabalho e suicídio: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.36, n. 123, p. 71-83, jun, 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v36n123/a07v36n123.pdf>>.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2000.

FISCHER, Frida Marina. Relevância dos fatores psicossociais do trabalho na saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, v. 46, n. 3, p. 401-406, 2012.

FLORIO, Ligia. *Captação de sentimentos e emoções: um estudo com médicos plantonistas do serviço de emergência no centro hospitalar do município de Santo André*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, 2012.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. *Iniciação à pesquisa no direito*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FRANCO FILHO, Georgenor de. *Presente e futuro das relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2000.

GAMBA, Juliane Caravieri Martins; MONTAL, Zélia Maria Cardoso. O direito humano à alimentação do trabalhador e a responsabilidade social da empresa. *Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária*, Porto Alegre, v. 22, n. 255, set. 2010.

GARCIA, Edinês Maria Sormani. O fundamento da consagração da pessoa humana no texto constitucional brasileiro de 1988. In: SEGALLA, José Roberto Martins; ARAUJO, David (Coords.). *15 anos da Constituição Federal: em busca da efetividade*. Bauru: Edite, 2003. p. 211-230

GARCIA, Maria (Org.). *Doutrinas essenciais: direitos humanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1, p. 915-928.

GERSCHENFELD, Ana. Entrevista a Christophe de Dejours. "Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal". *P*, 01 fev. 2010. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2010/02/01/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732>>.

GÖÇEN, Sedat; YIRIK, Sevket; YILMAZ, Yusuf; ALTINTA, Volkan. Intercompany mobbing: the effects of company growth. *Quality & Quantity*, v. 47, n. 3, p. 1275-1285, Apr. 2013.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. A formação do indivíduo nas relações sociais: Contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet. *Educação & Sociedade*, ano 21, n. 71, p. 116-131, jul. 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. Trad. Ana Montoia. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros Ed., 2001.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM SUICÍDIO E PREVENÇÃO (GEPeSP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro – uma parceria entre o Laboratório da Análise da Violência (LAV) e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), na Universidade do Estado o Rio de Janeiro desde de 2013. Disponível em: <<https://gepensinoepesquisa.wordpress.com>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; RIMOLI, Adriana Odalia. "Mobbing" (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 183-191, maio/ago. 2006.

HEILBRONER, Robert. *A formação da sociedade econômica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio moral: a violência perversa do cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2002.

_____. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HISTÓRIA da OIT – Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KANIKADAN, Paula Yuri Sugishita. MARQUES, Maria Cristina da Costa. Uma trajetória dos profissionais de saúde ingleses, 1815-1858. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 20, n. 1, p. 29-47, 2013.

KAROSHI. Death caused by overwork or job-related exhaustion. In: OXFORD Dictionaries. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/karoshi>>.

KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; ZABELLA, Eduardo Benedito de Oliveira; FERREIRA, José Otávio de Souza. *As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2006.

LAUER, Stéphane. Chefe da Renault cria plano anti-suicídio para empresa. Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves. *Folha de S. Paulo*, 03 mar. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0303200730.htm>>.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

LEMOS FILHO, Arnaldo; BARSALINI, Glauco; VEDOVATO, Luis Renato; MELLIM FILHO, Oscar. *Sociologia geral e do direito*. Campinas: Alinea, 2004.

LESSA, Sérgio. Centralidade do trabalho: qual centralidade, qual trabalho? In: O MUNDO dos homens: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 27-47.

LEYMANN, Heinz. The content and development of mobbing at work. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, v. 5, n. 2, p. 165-184, 1996.

_____. Mobbing and psychological terror at workplaces. *Violence Vict.*, v. 5, n. 2, p. 119-126, 1990.

LICHFIELD, John. Why are so many France Telecom workers dying? *Independent*, 30 Sept. 2009. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/europe/why-are-so-many-france-telecom-workers-dying-1795171.html>>. Acesso em: 09 out. 2018.

LIFE and death in Apple's forbidden city. *The Guardian*, 18 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2017/jun/18/foxconn-life-death-forbidden-city-longhua-suicide-apple-iphone-brian-merchant-one-device-extract>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LIPPMAN, Ernesto. *Os direitos fundamentais da Constituição de 1988: com anotações e jurisprudência dos tribunais*. São Paulo: LTr, 1999.

LO, Glória. Assédio moral e dignidade no trabalho. *Prontuário de Direito do Trabalho*, Coimbra, n. 76/78, jan./dez. 2007.

LOUSADA AROCHENA, José Fernando. O suicídio como acidente de trabalho: comentários ao processo STSJ Galícia de 4 de abril de 2003. *Actualidad Laboral*, n. 24, 2000.

MANNRICH, Nelson. *A modernização do contrato de trabalho*. São Paulo: LTr, 1998.

MARANHÃO, Délio. SÜSSEKIND, Arnaldo. TEIXEIRA, Lima; VIANNA, Segadas. *Instituições de direito do trabalho*. 19. ed. São Paulo LTr, 2000. v. 1.

MARQUES, Fabíola. Direitos fundamentais do trabalho - a não discriminação como direito fundamental. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 161, p. 51-64, 2015.

MARTINS, Lígia Márcia. *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotiskiano*. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. A natureza histórico-social da personalidade. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 24, n. 62, p. 82-99, abr. 2004.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. 2. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Sobre o suicídio*. São Paulo, Boitempo, 2011.

MEIRELES, Edilton. Constituição do trabalho. In: In: MONTESSO, José Claudio; FREITAS, Marco Antônio de; STERN, Maria de Fátima C. Borges (Coords.). *Direitos sociais na Constituição de 1988: uma análise crítica vinte anos depois*. São Paulo: LTr, 2008. p. 50-74.

MELLO, Celso Albuquerque. A implementação do direito internacional humanitário pelo direito brasileiro. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (Ed.). *A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro*. San José-CR: IIDH, ACNUR, CIVC, CUE, 1996.

MELO, Raimundo Simão. *Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: Responsabilidades legais - dano material - dano moral - dano estético*. São Paulo: LTr, 2004.

MELO FILHO, Hugo Cavalcanti (Coord.). *O mundo do trabalho: leituras críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalhador*. São Paulo: LTr, 2009. v. 1.

MERCANTE, Carolina Vieira. *A responsabilidade social empresarial como meio propulsor da efetivação de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2012.

MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. *Crimes ambientais*. São Paulo: Lex Ed., 2003.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MOLINA NAVARRETE, Cristóbal. *La tutela judicial frente al acoso moral em el trabajo: estancamiento y subestimacion o lento progreso?* Albacete-ES: Editorial Bomarzo, 2018.

MONERO PÉREZ, Jose Luis; LOPEZ INSUA, Belén Del Mar. *El suicidio del trabajador y su calificación em el derecho social*. Albacete-ES: Editorial Bomarzo, 2018.

MONTANHANA, Beatriz Cardoso. *A dinâmica do poder nas relações de trabalho e os impactos sobre a dignidade humana*. São Paulo: LTr, 2014.

MORAES, Guilherme Braga Peña de. *Dos direitos fundamentais: contribuição para uma teoria*. São Paulo: LTr, 1997.

MORAES FILHO, José Filomeno de. Direitos e garantias fundamentais e a realidade brasileira. In: TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro*. São José-CR: IIDH, ACNUR, CIVIC, CUE 1996.

MORGADO, Pedro. Impactos do trabalho na saúde mental uma perspectiva do século 21. In: ROXO, M. (Coord.). *Trabalho sem fronteira: o papel da regulação*. Coimbra. Almedina 2017.

MP francês denuncia ex-executivos da France Telecom por suicídios. *O Estado de S. Paulo*, 08 jul. 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,mp-frances-denuncia-ex-executivos-da-france-telecom-por-suicidios,10000061648>>.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito do trabalho*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Direito do trabalho na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1989.

NASCIMENTO, Sonia Mascaro. O dano extrapatrimonial na Justiça do Trabalho. In: AGUIAR, Antônio Carlos (Coord.). *Reforma trabalhista: aspectos jurídicos relevantes*. São Paulo, Quartier Latin, 2017.

NETTO, Andrei. France Telecom sob pressão com onda de suicídios. *O Estado de S. Paulo*, 19 out. 2009. p. A25.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Fabio. Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 25, p. 41-50, 2014.

OLIVEIRA, José César de. Formação histórica do direito do trabalho. In: MONTEIR, Alice (Coord.). *Curso de direito do trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá*. 2. ed. São Paulo, LTr, 1996. v.1.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo V. *O dano pessoal no direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2002.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Proteção jurídica à saúde do trabalhador*. 2. ed. São Paulo: LTr, 1998.

PACHECO, Mago Graciano de Rocha. *O assédio moral no trabalho: o elo mais fraco*. Coimbra: Almedina, 2007.

PAIS, Jose Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, Geraldo José de. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *Psico*, v. 38.n. 1, p. 77-84, 2007.

PASSOS, Edésio. Direitos dos trabalhadores como direitos humanos e sociais na América Latina. In: SOARES, Celso (Coord.). *Direito do trabalho: reflexões críticas*. São Paulo: LTr, 2003. p. 80-110.

PASTORE, José. *A evolução do trabalho humano: leituras em relações do trabalho*. São Paulo: LTr, 2001.

PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen. *O princípio da dignidade da pessoa humana na perspectiva do direito como integridade*. São Paulo: LTr, 2009.

PÊGO, Francinara Pereira Lopes; PÊGO, Delcir Rodrigues. Síndrome de *Burnout*. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 14, n. 2, p. 171-176, 2016.

PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. A tutela das relações de trabalho em sentido amplo por meio de hermenêutica constitucional concretizadora dos direitos trabalhistas fundamentais individuais. In: MONTESSO, José Claudio; FREITAS, Marco Antônio de; STERN, Maria de Fátima C. Borges (Coords.). *Direitos sociais na Constituição de 1988: uma análise crítica vinte anos depois*. São Paulo: LTr, 2008. p. 134-151.

PINTO, José Augusto Rodrigues. *O direito do trabalho e as questões do nosso tempo*. São Paulo: LTr, 1998.

PIOVESAN, Flavia. Dignidade da pessoa humana – valor maior que inspirou o direito contemporâneo a partir da metade do sec XX. In: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Orgs.). *Doutrinas essenciais: direitos humanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1.

_____. A proteção dos direitos humanos no sistema constitucional brasileiro. In: PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria (Orgs.). *Doutrinas essenciais: direitos humanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____; GARCIA, Maria (Orgs.). *Doutrinas essenciais: direitos humanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1 e 3.

A PONTE. The Bridge (original title). Documentary, Drama. 16 February 2007 (UK). Director Steel Eric A Ponte. 2006. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt0799954>>.

PRATA, Marcelo Rodrigues. *Anatomia do assédio moral no trabalho*. São Paulo: LTr, 2008.

RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores*. Tradução de Raimundo Estrêla. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.

REBELO, Gloria. Assédio moral e dignidade no trabalho. *Prontuário de Direito do Trabalho*, Coimbra, p. 76-78, jan./dez. 2007.

REILLY, Jill. 'Fox News ruined my career': Former employee shoots himself dead outside News Corp HQ after being asked to leave. *Dailymail*, 16 Jan. 2015. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/news/article-2926957/Man-protesting-Fox-News-shoots-outside-News-Corp-headquarters-NYC.html>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

RIBEIRO, Daniel Mendelski. *Suicídio: critérios científicos e legais de análise*. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5670>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. A influência psicossocial da família e da escola no projeto de vida no trabalho dos jovens. In: PESQUISAS e Práticas Psicossociais 5, São João Del Rei, jan./jul. 2010.

RIEDMANN, Georges. *O futuro do trabalho humano*. São Paulo: Moraes Ed., 1968.

RIPERT, Georges. *A regra moral nas obrigações civis*. Trad. Osório de Oliveira. Campinas: Bookseller, 2000.

RISCOS psicossociais e stresse no trabalho. *Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho*. Disponível em: <<https://osha.europa.eu/pt/themes/psychosocial-risks-and-stress>>.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. *O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social*. Apresentado na XVII Conferência Nacional da OAB, RJ, 1999. Disponível em: <<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/30550>>. Acesso em: 10 set. 2018.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. *Psicologia social*. 20. ed. São Paulo: Vozes, 2001.

RODRIGUES, Ney Lobato. Vida, morte e dignidade do ser humano. In: SEGALLA, José Roberto Martins; ARAUJO, David (Coords.). *15 anos da Constituição Federal: em busca da efetividade*. Bauru: EDITE, 2003. p. 413-432.

ROMERO SÁNCHEZ, Jonás. Estremecedora carta del extrabajador de Fruna que se suicidó: “Me cansé de esta fábrica”. *The Clinic*, 13 Sept. 2017. Disponível em: <<http://www.theclinic.cl/2017/09/13/estremecedora-carta-del-extrabajador-fruna-se-suicidio-me-canse-esta-fabrica/>>.

ROMITA, Arion Sayão. *Direitos fundamentais nas relações de trabalho*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2009.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *O direito do trabalhador no século XX: ensaios, mensagens, perfis*. 2. ed. Curitiba: Genesis, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9. ed. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2012.

SARMENTO, Daniel. A vinculação dos particulares aos direitos fundamentais no direito comparado e no Brasil. In: BARROSO, Luís Roberto (Org.). *A reconstrução democrática do direito público no Brasil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 293–365.

SATO, Leny. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (Orgs.). *Saúde mental e trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____; OLIVEIRA, Fabio de. Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. *Aletheia*, v. 27, n. 1, p.188-197, jan/jun. 2008.

SCHMIDT, Martha Halfeld Furtado de Mendonça. Trabalho e saúde mental na visão da OIT. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 51, n. 81, p. 489-526, jan./jun. 2010.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. *Proposições*, v. 2, n. 5, p. 34-40, jul. 2000.

SECO MARTIN, Enrique; LOPES PINO, Carmen Marina. Tipologia de mobbing: una mirada desde la responsabilidad de la empresa. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 43, p. 364-401, set./dez. 2016.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SEVERO, Valdete Souto. O mundo do trabalho e a flexibilização. In: MONTESSO, José Claudio; FREITAS, Marco Antônio de; STERN, Maria de Fátima C. Borges (Coords.). *Direitos sociais na Constituição de 1988: uma análise crítica vinte anos depois*. São Paulo: LTr, 2008. p. 421-455.

SHAKESPEARE, Willian. Hamlet. *Hamlet*. Tradução Millor Fernandes. Disponível em: <<https://liviafloreslopes.files.wordpress.com/2014/10/shakespeare-hamlet.pdf>>.

SILVA, Christiane A. Fernandes da. A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 111-123, 2008.

SILVA, Flávia Gonçalves. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 28, p. 169-195, jun. 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 15. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 1998.

SILVA, José Carlos Zanelli Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa. *Processos psicossociais nas organizações e no trabalho*. 1. ed. São Paulo: Casapsi Livr., 2011.

SILVA, Josué Pereira da. Sobre a relação entre trabalho e reconhecimento na teoria de Axel Honneth: uma nota crítica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS, 34., 25-29 out. 2010, Caxambu-MG. *Anais... Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2010*.

_____. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, Paulo Henrique Tavares. *Valorização do trabalho como princípio constitucional da Ordem Econômica brasileira: interpretação crítica e possibilidades de efetivação*. Curitiba: Juruá, 2003.

SILVESTRE, Rita Maria; NASCIMENTO, Amauri Mascaro (Coords.). *Os novos paradigmas do direito do Trabalho* (homenagem a Valentim Carrion). São Paulo, Saraiva, 2001.

SMITH, Adam. *A riqueza das Nações: investigação e suas sobre sua natureza causas*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, Hugo Leonardo Rodrigues; CUNHA, Carlos Eduardo Camargo. A síndrome do “burn-out”: sofrimento psíquico nos profissionais de saúde. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, v. 19 - n. 2, p. 505-506, jul./dez. 2007.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *O direito do trabalho como instrumento de justiça social*. São Paulo: LTr, 2000.

SOUZA, Cláudio de. Onda de suicídios em montadoras preocupa a França. *UOL Carros*, 01 ago. 2007. Disponível em: <<https://carros.uol.com.br/ultnot/2007/08/01/onda-de-suicidios-em-montadoras-preocupa-a-franca.jhtm>>.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT e outros tratados*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007.

TAVARES, André Ramos. Princípios da dignidade da pessoa humana. In: SEGALLA, José Roberto Martins; ARAUJO, David (Coord.). *15 anos da Constituição Federal: em busca da efetividade*. Bauru: EDITE, 2003. p. 11-38.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado A *proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2000.

_____. (Ed.). *A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro*. San José-CR: IIDH, ACNUR, CIVIC, CUE, 1996.

VARELA, Drauzio. *Doenças e sintomas*. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-de-burnout/>>.

VASCONCELOS Yumara Lúcia. Assédio moral nos ambientes corporativos, *mobbing in corporation environments*. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Administração, Recife-PE, Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 824-851, out./dez. 2015.

VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito e política*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

VOLICH, Rubens Marcelo; FERRAZ, Flavio Carvalho; ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Psicossoma II. Psicossomática. Psicanalítica*. 2. reimp. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

WAJNGARTEN, Aron; BRIANI, Alberto. Aplicação do princípio da dignidade humana. In: SEGALLA, José Roberto Martins; ARAUJO, David (Coord.). *15 anos da Constituição Federal: em busca da efetividade*. Bauru: EDITE, 2003. p. 39-56.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. 5. reimpr. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

WELLER, Chris. Japan is facing a 'death by overwork' problem. *Business Insider*, Oct. 18, 2017. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/what-is-karoshi-japanese-word-for-death-by-overwork-2017-10>>. Acesso em: 10 out. 2018.

XAVIER, Ernani Pereira. *Um minuto de silencio réquiem aos bancários mortos no trabalho*. Edição do Sindicato dos bancários de Porto Alegre: Porto Alegre, 1998.

LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA, NORMAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992*. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>.

_____. *Decreto n. 13.990 de 12 de janeiro de 1920*. Promulga o Tratado de Paz entre os países aliados, associados e o Brasil de um lado e de outro a Alemanha, assinado em Versailles em 28 de junho de 1919. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-13990-12-janeiro-1920-540701-publicacaooriginal-41503-pe.html>>.

_____. *Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999*. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm>.

_____. *Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992*. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 09 set. 2018.

_____. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>.

_____. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>.

_____. *Lei nº 9.683, de 12 de dezembro de 1988*. Dispõe sobre pensão acidentária para o servidor público estadual, civil ou militar. Disponível em: <http://www.ipasm.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/leis/lei_9683.pdf>.

COMUNIDADE EUROPEIA. Conselho da União Europeia. *Directiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de junho de 2000, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica*. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32000L0043:pt:HTML>>.

COUR d'appel de Versailles, 5ème chambre, 9 juin 2011, nº 10/02311. Processo/ Nº de pourvoi: 05-1377 Cour de cassation chambre civile 2. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichJuriJudi.do?idTexte=JURITEXT000017636746>>.

ESPAÑA. Consejo General del Poder Judicial. Tribunal Superior de Justicia. Sala de lo Social. *Nº de Resolución: 145/2017*. Bilbao, 17/01/2017. Disponible em: <<http://www.poderjudicial.es/search/contenidos.action?action=contentpdf&databasematch=AN&reference=7972085&links=%222518%2F2016%22&optimize=20170327&publicinterface=true>>.

_____. Consejo General del Poder Judicial. Tribunal Superior de Justicia. Sala de lo Social. *Nº de Resolución: 2848/2014*. Barcelona, 11/04/2014. Disponible em: <<http://www.poderjudicial.es/search/contenidos.action?action=contentpdf&databasematch=AN&reference=7087320&links=%222848%2F2014%22&optimize=20140604&publicinterface=true>>.

_____. Consejo General del Poder Judicial. Tribunal Superior de Justicia. Sala de lo Social. *Nº de Recurso: 1630/2006*. Valladolid, 16/10/2006. Disponible em: <<http://www.poderjudicial.es/search/contenidos.action?action=contentpdf&databasematch=AN&reference=688079&links=%221630%2F2006%22&optimize=20061116&publicinterface=true>>.

_____. Poder Judicial. Tribunal Supremo Sala de lo Social. Madrid. *Nº de Recurso: 5452/2005*. 25 de setembro de 2007. Disponible em: <<https://supremo.vlex.es/vid/suicidio-trabajador-tiempo-trabajo-34433295>>.

_____. *Resolución de la Direccion General de Ordenacion y Asistencia Sanitaria de la Seguridad Social de 22 de setembro de 1976*. Disponible em: <<https://www.boe.es/boe/dias/1977/08/10/pdfs/A17859-17859.pdf>>.

FRANCE. *Code de la sécurité sociale*. Disponible em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006073189&dateTexte=20181014>>.

_____. *Code du travail*. Disponible em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCodeArticle.do?idArticle=LEGIARTI000006900818&cidTexte=LEGITEXT000006072050>>.

_____. Cour de Cassation, Chambre sociale, du 20 avril 1988, 86-15.690, Publié au bulletin. Disponible em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichJuriJudi.do?oldAction=rechJuriJudi&idTexte=JURITEXT000007021155&fastReqId=38407045&fastPos=1>>.

_____. Cour de cassation. *Chambre criminelle, 5 juin 2018, 17-87.524*. Inédit n. de pourvoi: 17-87524. Disponible em: <<https://www.doctrine.fr/d/CASS/2018/JURITEXT000037077959>>.

_____. Ministère de la Justice. Décision attaquée Cour d'appel d'Angers, du 8 février 2005. Bulletin, II, nº 54, p. 45, 2007. Disponible em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichJuriJudi.do?idTexte=JURITEXT000017636746>>.

ILO/WHO Committee on Occupational Health. *Psychosocial factors at work: recognition and control*. Report of the Joint ILO/WHO Committee on Occupational Health Ninth Session Geneva, 18-24 September 1984. Geneva: International Labour Office, 1986. (Occupational Safety and Health Series No. 56). Disponível em: <https://www.who.int/occupational_health/publications/ILO_WHO_1984_report_of_the_joint_committee.pdf>.

JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO. Processo 0007238-20.2010.403.6105 Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região. Data de Divulgação: 12/09/2014, p. 79/1060. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/de_JudIMSSP_2014_09_12_a.pdf>.

MEXICO. *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, que reforma la de 5 de febrero de 1857*. Disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/1917.pdf>>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. Instituto Nacional do Seguro Social-INSS. *Instrução Normativa Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS - Presidente INSS nº 31 de 10.09.2008*. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/INSS-PRES/2008/31.htm>>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO - MTE. NR 5 - *Norma Regulamentadora 5*. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA. *Guia Trabalhista*. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr5.htm>>.

_____. NR 6 - *Norma Regulamentadora 6*. Equipamento de Proteção Individual – EPI. *Guia Trabalhista*. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr6.htm>>.

_____. NR 7 - *Norma Regulamentadora 7*. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. *Guia Trabalhista*. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr7.htm>>.

_____. MTE. NR 9 - *Norma Regulamentadora 9*. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA. *Guia Trabalhista*. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr9.htm>>.

_____. NR 17 - *Ergonomia (117.000-7)*. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/NRs/NR_17.html>.

_____. NR 17 - *Norma Regulamentadora 17*. Ergonomia. Anexo II: Trabalho em Teletendimento/Telemarketing (Aprovado pela Portaria SIT nº 09/2007). Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr17_anexoII.htm>.

_____. *Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978*. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Portaria/P3214_78.html>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO – MTE. *Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978*. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_308880_PORTARIA_N_3214_DE_8_DE_JUNHO_DE_1978.aspx>.

_____. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador*. Brasília-DF, nov. 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_seguranca_saude.pdf>.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano – 1972*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

_____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília-DF, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

_____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html>. Acesso em: 09 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Convenção nº 155*. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_155.html>. Acesso em: 05 out. 2017.

_____. *Declaração de Filadélfia, 1944*. Declaração Relativa aos Fins e Objectivos da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<https://www.dgert.gov.pt/declaracao-de-filadelfia>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD – OMS. *Preguntas más frecuentes*. Disponível em: <<http://www.who.int/suggestions/faq/es>>.

PORTUGAL. Assembleia da República. *Código do Trabalho*. Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/632906/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2099%2F2003%2C%20de+27+de+agosto>>.

_____. *Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro*. Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais. Disponível em: <https://www.ugt.pt/SST_Lei_98_2009_de_4_de_Setembro.pdf>.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei nº 3921, de 23 de agosto de 2002*. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/3dcfce02b06be53903256c2800537184?OpenDocument&Highlight=0,3921>>.

SÃO PAULO (Município). *Lei nº 13288 de 10 de janeiro de 2002*. Disponível em: <<https://cm-sao-paulo.jusbrasil.com.br/legislacao/813901/lei-13288-02>>.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. REsp 1334005/GO, Rel. Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Rel. p/ Acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 8/4/2015, DJe 23/6/2015). Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/442920111/recurso-especial-resp-1626133-sp-2016-0241444-4/decisao-monocratica-442920121>>.

_____. REsp 1626133-sp, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 21/2/2017. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/442920111/recurso-especial-resp--2016-0241444-4/decisao-monocratica-442920121>>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade: ADI 595 ES. Disponível em <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14815695/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-595-es-stf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - TJ-BA. Apelação: APL 0001484-88.2006.8.05.0078. Disponível em: <<https://tj-a.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/441772901/apelacao-apl-14848820068050078>>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS - TJ-MG - Apelação Cível: AC 0072491-63.2010.8.13.0342 MG. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/120490775/apelacao-civel-ac-10342100072491001-mg3>>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJ-PR. 8ª C. Cível - AC - 580835-7 - Maringá - Rel.: Carvilio da Silveira Filho - Unânime - - J. 04.08.2016). Disponível em: <<http://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/380840681/apelacao-apl-5808357-pr-580835-7-acordao>>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL - TJ-RS. Embargos Infringentes: EI 194166534 RS –Processo EI 194166534 RS Órgão Julgador -Segundo Grupo de Câmaras Cíveis 20 de Outubro de 1995 Relator Luiz Otávio Mazon Coimbra.

TRIBUNAL DO TRABALHO DE COIMBRA. *Processo 196/06.8TTCBR.Cl*. Relator: Felizardo Paiva. Data do Acórdão: 28/01/2010. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/bf554e1ab3be2b28802576d20056811c?OpenDocument&Highlight=0,196%2F06>>.

_____. *Processo 196/06.8TTCBR-A.Cl.SI*. Relator: Sousa Grandão Data do Acórdão: 16/12/2010. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/750142c2b60fc3438025781800336f1d?OpenDocument&Highlight=0,196%2F06>>.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO - TRT-3. Recurso Ordinário Trabalhista RO 01863200810003001 0186300-77.2008.5.03.0100 (TRT-3).

_____. Recurso Ordinário Trabalhista RO 124906 01021-2005-104-03-00-2 (TRT-3).

_____. Recurso Ordinário Trabalhista RO 291604 00936-2003-036-03-00-5 (TRT-3).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO – TRT-4. Processo nº 0021560-83.2015.5.04.0406 (RO) Relator: Denise Pacheco.

_____. Recurso Ordinário: RO 0189600-08.2008.5.04.0201 RS 0189600-08.2008.5.04.0201 J. 7 de Abril de 2010 Relator CARMEN GONZALEZ. Disponível em: <<http://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9160239/recurso-ordinario-ro-1896000820085040201-rs-0189600-0820085040201>>.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO - TRT-6. Processo: RO - 0001725-48.2014.5.06.0161, Redator: Jose Luciano Alexo da Silva, Data de julgamento: 12/05/2016, Quarta Turma, Data da assinatura: 15/05/2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO - TRT-7 - Recurso Ordinário: RO 0001600-48.2014.5.07.0001. Disponível em: <<https://trt-7.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/394714816/recurso-ordinario-ro-16004820145070001>>.

_____. Processo nº 1000113-81.2017.5.02.0705- RO - Relator: Marcelo Freire Gonçalves.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO - TRT-8. 1ª. T. ACÓRDÃO /RO 0001124-27.2012.5.08.0009 - 4 de outubro de 2013. Relator JOSÉ MARIA QUADROS DE ALENCAR.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO – TRT9. Processo n. 99522-2005-009-09-00-1-ACO-31373-2006 - 4A. TURMA - Relator: LUIZ CELSO NAPP - Publicado no DJPR em 07-11-2006. Disponível em: <<https://www.trt9.jus.br/basesjuridicas/exibirJurisprudencia.xhtml>>.

_____. 07714-2008-664-09-00-3-ACO-38157-2010 - 2A. TURMA Relator: RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA Publicado no DEJT em 30-11-2010. Disponível em: <<https://www.trt9.jus.br/basesjuridicas/jurisprudencia.xhtml>>.

_____. 25648-2015-001-09-00-0-ACO-13827-2017 - 6A. TURMA Relator: SUELI GIL EL RAFIHI, Publicado no DEJT em 28-04-2017. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ. Disponível em: <<https://www.trt9.jus.br/basesjuridicas/jurisprudencia.xhtml>>.

_____. *Pesquisa jurisprudência.* Disponível em: <<https://www.trt9.jus.br/basesjuridicas/jurisprudencia.xhtml>>.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO – TRT-10. Processo RO 929200600210000 DF 00929-2006-002-10-00-0 Órgão Julgador 3ª Turma-Publicação 21/08/2007 j. 27 de junho de 2007.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO - TRT-15. Recurso Ordinário RO 8306 SP 008306/2007 (TRT-15): TRT-15 - Recurso Ordinário RO 10876 SP 010876/2011 (TRT-15).

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST - Recurso de Revista: RR 671-46.2011.5.14.0091 671 - 6.2011.5.14.0091 3ª Turma Publicação DEJT 08/11/2013 Julgamento 30 de Outubro de 2013 Relator Mauricio Godinho Delgado.

_____. Agravo de instrumento em recurso de revista: AIRR 4636-81.2010.5.02.0000 4636-81.2010.5.02.0000. 2ª Turma Publicação DEJT 11/05/2012 Julgamento 2 de Maio de 2012 Relator Guilherme Augusto Caputo Bastos. Disponível em: <<http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21616997/agravo-de-instrumento-emrecurso-de-revista-airr-46368120105020000-4636-8120105020000-tst>>.

_____. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista: AIRR 4636-81.2010.5.02.0000 4636-81.2010.5.02.0000.

_____. AIRR-91100-63.2009.5.09.0028 - UBIRAJARA CARLOS MENDES - Desembargador Convocado Relator. J. 13 de junho de 2018.

_____. Processo Nº TST-AIRR-77-46.2016.5.08.0019 - Min. MAURICIO GODINHO DELGADO j. 28 de setembro de 2008.

_____. RR: 5073220135040304, Relator: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 19/08/2015, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/08/2015.

UNIÃO EUROPEIA. Comunidade Europeia. *Directiva 89/391* - «Directiva-quadro» de SST, de 12 de junho de 1989, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho - «Directiva-quadro». Disponível em: <<https://osha.europa.eu/pt/legislation/directives/the-osh-framework-directive/the-osh-framework-directive-introduction>>.

_____. Conferência Europeia de Alto-Nível “Juntos pela Saúde Mental e Bem-estar”. *Pacto Europeu para a Saúde Mental e o Bem-Estar*. Conferência de alto nível da UE. Juntos pela Saúde Mental e pelo Bem-Estar. Bruxelas, 12-13 de junho de 2008. Disponível em: <https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/mental_health/docs/mhpact_pt.pdf>.

_____. Parlamento Europeu. Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. *Relatório sobre o assédio no local de trabalho*. (2339/2001(INI)) Relator: Jan Andersson. Parlamento Europeu, 16 jul. 2001. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A5-2001-0283+0+DOC+PDF+V0//PT>>.

_____. Parlamento Europeu. *Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de fevereiro de 2009, sobre saúde mental (2008/2209(INI))*. 2010/C 76 E/05. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52009IP0063>>.

UNITED STATES OF AMERICA. Declaration of Independence, IN CONGRESS, July 4, 1776. Disponível em: <https://www.constitution.org/us_doi.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.